



Ata nº 047 da Sessão Ordinária nº 047, de
19 de agosto de 2014.

Às nove horas do dia dezenove de agosto de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES**, **DANIEL LAVAREDA**, **CEZAR COLARES**, **ANTÔNIO JOSÉ** e **SÉRGIO LEÃO**; ausência justificada do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH SALAME DA SILVA** e da Procuradora **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha e o Auditor Sérgio Dantas para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do inciso II do artigo 72 do RI/TCM. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 036/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 270022006-00; Câmara Municipal de Conceição de Araguaia; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Ary César Coelho Luz Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares).** Retirado de Pauta. **Processo nº 560012005-00; Prefeitura Municipal de Peixe Boi; Prestação de Contas – Exercício 2005; Responsável: João Pedrosa Gomes – Prefeito Municipal; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Peixe-Boi, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade do Sr. João Pedrosa Gomes, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes quantias: R\$-8.787,16 (oito mil, setecentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos), pela conta "Agente Ordenador"; R\$-14,87 (quatorze reais e oitenta e sete centavos), referente a taxa bancária, por devolução de cheques; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 03: **Processo nº 450022010-00; Câmara Municipal de Melgaço; Prestação de Contas de 2010; Responsável: José Osvaldo Costa Viegas; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal



de Melgaço, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de José Osvaldo Costa Viegas, com a expedição do Alvara de Quitação. **Processo nº 830022009-00; Câmara Municipal de Tomé - Açu;** Prestação de Contas – Exercício 2009; Responsável: José Aldomário Zani (01/01 a 01/02/2009) e Cecília Reinaldo de Oliveira (02/02 a 31/12/2009); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas referentes ao período do Senhor Aldomário Zani (01.01 a 01.02.2009) e pela irregularidade das contas do período da Sra. Cecília Reinaldo de Oliveira (02.02 a 31.12.2009), em razão das falhas remanescentes, sem prejuízo das multas pertinentes. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** *"pela aprovação, com ressalvas, das contas ordenadas pelo Sr. José Aldomário Zani, no período de 01/01 a 01/02/2009, com a aplicação da multa de R\$-3.000,00, com fulcro no Artº 284, inciso IV do RI/TCM, face a remessa das contas com atraso superior a 90 (noventa) dias, e considerar irregulares as contas do período de 02/02 a 31/12/2009, de responsabilidade da Sra. Cecília Reinaldo de Oliveira, devendo a mesma recolher as seguintes importâncias: ao FUMREAP: multa de R\$-3.000,00 (três mil reais), pela remessa extemporânea das contas, com base no Artº 284, IV do RI/TCM; multa de R\$-6.000,00 (seis mil reais), pela violação do Art. 25, IV da Lei Federal nº 8.666/93 e Artº 50, II da LRF, com base no Artº 282, "b" do RI/TCM. Aos Cofres Municipais R\$-193.800,00 (cento e noventa e três mil e oitocentos reais), face o pagamento de diárias sem as devidas cautelas legais. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual".*

Em votação: o Conselheiro Cezar Colares ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas ordenadas pelo Sr. José Aldomário Zani, (período de 01/01 a 01/02/2009); e pela não aprovação das contas de responsabilidade da Sra. Cecília Reinaldo de Oliveira (período de 02/02 a 31/12/2009), com o recolhimento aos Cofres Municipais no valor de R\$-193.800,00 (cento e noventa e três mil e oitocentos reais), face o pagamento de diárias sem as devidas cautelas legais, bem como o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP: Sra. Cecília Reinaldo de Oliveira, aplicação da multa de R\$-3.000,00 (três mil reais), com fulcro no Artº 284, inciso IV do RI/TCM, face a remessa das contas com atraso superior a 90 (noventa) dias; Sr. José Aldomário Zani, aplicação de multa de R\$-3.000,00 (três mil reais), pela remessa extemporânea das contas, com base no Artº 284, IV do RI/TCM; multa de R\$-6.000,00 (seis mil reais), pela violação do Art. 25, IV da Lei Federal nº 8.666/93 e Artº 50, II da LRF, com base no Artº 282, "b" do RI/TCM. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. **Processo nº 1194172007-00; Fundo Municipal de Educação de Novo Repartimento - FUNDEB;** Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Antonio dos Santos Souza; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A



matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação/FUNDEB de Novo Repartimento, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Antônio dos Santos Souza, irregularidades gravíssimas e danosas ao Erário, conta “Agente Ordenador”, descumprimento do Art. 22 da Lei 11.494/2007 (FUNDEB) e pela ausência de processos licitatórios, devendo o Ordenador efetuar os seguintes recolhimentos: aos Cofres Municipais: R\$-319.730,45, relativo a devolução pelo lançamento da conta “Agente Ordenador”, devidamente atualizado. Multa ao FUMREAP/TCM: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do Art. 284, II, III e IV do RI/TCM/Pa; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo descumprimento do Art. 1º, § 1º, da LRF (saldo insuficiente para cobrir as despesas inscritas em Restos a Pagar), descumprimento do Art. 22, da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), com fundamento no Art. 282, I-B, do RI/TCM/Pa; - R\$-4.000,00 (quatro mil reais), pela ausência do Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, com fulcro no Art. 284, § 1º, do RI/TCM/Pa; - R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), sobre as despesas de R\$-5.580.366,92 (cinco milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), não licitadas, com base no Art. 57 da LC nº 084/2012. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. Dê-se ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal*”. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação/FUNDEB de Novo Repartimento, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Antônio dos Santos Souza, irregularidades gravíssimas e danosas ao Erário, conta “Agente Ordenador”, descumprimento do Art. 22 da Lei 11.494/2007 (FUNDEB) e pela ausência de processos licitatórios, com os seguintes recolhimentos: aos Cofres Municipais: R\$-319.730,45 (trezentos e dezenove mil, setecentos e trinta reais e quarenta e cinco centavos), relativo a devolução pelo lançamento da conta “Agente Ordenador”, devidamente atualizado; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual; ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal. **Por maioria**: multa ao FUMREAP: - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do Art. 284, II, III e IV do RI/TCM/Pa; - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo descumprimento do Art. 1º, § 1º, da LRF (saldo insuficiente para cobrir as despesas inscritas em Restos a pagar), descumprimento do Art. 22 da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), com fundamento no Art. 282, I-B, do RI/TCM/Pa; - R\$-4.000,00 (quatro mil reais), pela ausência do Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, com fulcro no Art. 284, § 1º, do RI/TCM/Pa; - R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), sobre as despesas de R\$-5.580.366,92 (cinco milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), não licitadas, com base no Art. 57 da LC nº 084/2012. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. **Processo nº 1210072008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Pau D'Arco; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Solange Rosa dos Santos; Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O



Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Pau D'Arco, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Solange Rosa dos Santos, com a expedição do competente Alvará de Quitação. **Processo nº 1260062013-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Terra Santa**; Prestação de Contas – Exercício 2013; Responsável: Jaciara Nogueira Picanço; Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Terra Santa, exercício financeiro de 2013, de responsabilidade de Jaciara Nogueira Picanço, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. **Processo nº 1033972010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de São João de Pirabas**; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: América Conceição Fonseca e Silva Barroso; Instrução 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de São João de Pirabas, exercício de 2010, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze dias), de multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas. **Processo nº 1034092010-00; FUNDEB de São João de Pirabas**; Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Luciana Sousa de Queiroz; Instrução 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do FUNDEB de São João de Pirabas, exercício de 2010, de responsabilidade de Luciana Sousa de Queiroz que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de quinze dias, multa no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas, na forma do Art. 120-A, II do RI/TCM/PA. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 13: **Processo nº 201305734-00; Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte**; Recurso de Revisão contra a decisão contida na Resolução nº 10.780/2013; Responsável: José Francisco da Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “conheço do presente Recurso de Revisão por preencher os requisitos de admissibilidade, no mérito, dou provimento para reformar a decisão consubstanciada na Resolução nº 10.780/2013, no



sentido de emitir parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Água Azul do Norte a aprovação das contas da PM de Água Azul do Norte, exercício financeiro de 2001, de responsabilidade de José Francisco da Silva.". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves acompanhou o Relator, porém manteve a multa imposta pela remessa intempestiva do RGF, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheiro Antonio José, Conselheiro Sérgio Leão e Conselheira Mara Lúcia. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para reformar a decisão consubstanciada na Resolução nº 10.780/2013, no sentido de emitir parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Água Azul do Norte a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte, exercício de 2001, **por maioria**, com ressalvas, mantendo a multa imposta pela remessa intempestiva do RGF. Vencido o Conselheiro Cezar Colares que votou pela aprovação das contas sem a ressalva referente a manutenção da multa do RGF. **Processo nº 201318367-00; Prefeitura Municipal de Capitão Poço;** Recurso Ordinário contra a Decisão de Resolução nº 11.122, de 13.08.2013 (Prestação de Contas de 2005); Responsável: Francisco Gregório da Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso apresentado. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para excluir da Resolução atacada: 1. divergência na receita orçamentária, bem como no saldo verificado em 31/12, da Prefeitura Municipal; 2. sanar a impropriedade em face da multa pelo atraso no envio dos Relatórios de Gestão Fiscal, condicionado a comprovação da quitação das demais parcelas; manter as demais impropriedades constantes da Resolução nº 11.122, de 13/08/2013, permanecendo a emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Capitão Poço, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade de Francisco Gregório da Silva, ex-Prefeito. **Processo nº 201114076-00; Prefeitura Municipal de São João do Araguaia;** Recurso de Reconsideração contra a Decisão da Resolução nº 10.004, de 22.03.2011; Responsável: Marisvaldo Pereira Campos; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para excluir da Resolução atacada as impropriedades referentes: a) não envio do (PPA) para análise, período de 2006/2009; b) incorreta apropriação das obrigações patronais, em descumprimento ao estabelecido no inciso II, do Art. 50, da LC 101/2000 (LRF); c) ausência de processo licitatório para as despesas realizadas através das NE's listadas no Relatório de folhas 210/214, no montante de R\$-1.175.005,21 (hum milhão, cento e setenta e cinco mil, cinco reais e vinte e um centavos); mantendo a Resolução recorrida em todos os seus demais termos, com a recomendação à Câmara Municipal pela não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São João do Araguaia, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Senhor



200 Marisvaldo Pereira Campos. **Processo nº 280012001-00; Prefeitura Municipal de Curralinho;**
201 **Recurso de Revisão contra Decisão do Objeto do Acórdão nº 10.297 (Prestação de Contas de 2001);**
202 **Responsável: Álvaro Aires da Costa; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora**
203 **Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo
204 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
205 conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
206 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade,**
207 decidiu pelo não conhecimento do Recurso de Revisão com a manutenção da Resolução nº
208 10.297/TCM/PA, que emitiu parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal
209 de Curralinho, exercício de 2001, de responsabilidade do Sr. Álvaro Aires da Costa. **Processo nº**
210 **201212182-00; Fundação Municipal de Saúde de Baião; Recurso de Reconsideração contra a**
211 **Decisão do Acórdão nº 22.182, de 15.05.2012 (Prestação de Contas de 2007); Responsável: Leonita**
212 **Lobo Dias (01/01/2007) e Arieli Ferreira Vasconcelos (01/06/2007 a 31/12/2007); Instrução: 2ª**
213 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar**
214 **Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
215 autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em**
216 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão: O**
217 **Plenário, à unanimidade,** decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso de Reconsideração
218 interposto por Leontina Lobo Dias (01.01 a 31.05.2007), para excluir do Acórdão recorrido as
219 irregularidades e multas atribuídas, e aprovar, com ressalva, as respectivas contas, impondo-se a
220 ressalva face as irregularidades formais remanescentes; e pelo conhecimento e provimento parcial
221 ao Recurso interposto por Areli Ferreira Vasconcelos (01.06 a 31.12.07), para excluir do Acórdão
222 recorrido as irregularidades referentes as despesas realizadas com relação as empresas LDF VITAL –
223 ME (Convite nº 019/2007), e CONSTAMAR – Construtora Tavares Martins Ltda (Convite nº
224 052/2006), mantendo-se inalterado os demais termos do Acórdão recorrido, inclusive no que se
225 refere a multa imposta, para negar aprovação as respectivas contas, em razão da permanência de
226 irregularidades nas despesas com as empresas F. C. Braga Trade Ltda – ME – Concorrência
227 001/2007 e Construtora Baião - Convite nº 024/2007. **Processo nº 201217332-00; Fundo**
228 **Município de Saúde de Rurópolis; Recurso de Revisão contra a Decisão do Acórdão nº 18.668**
229 **(Prestação de Contas de 1999); Responsável: Averaldo Pereira Lima; Instrução: 1ª Controladoria;**
230 **Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sergio Leão.** Cumprindo
231 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
232 pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O
233 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à**
234 **unanimidade,** decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso de Revisão interposto para
235 modificar a decisão recorrida, desta feita pela aprovação da Prestação de Contas do Fundo Municipal
236 de Saúde de Rurópolis, relativa ao período de 01/07 a 31/12/1999, sob a responsabilidade do Sr.
237 Averaldo Pereira Lima, ex-Interventor, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-
238 690.061,26 (seiscentos e noventa mil, sessenta e um reais e vinte e seis centavos). **Processo nº**
239 **1080032003-00; Fundo Municipal de Educação de Água Azul do Norte; Recurso de**



Reconsideração a Decisão do Acórdão nº 22.844/2012 (Prestação de Contas de 2003); Responsável: Márcia Luciane de Oliveira; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Sérgio Leão). Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: “*pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso devendo a decisão proferida no Acórdão nº 22.844 ser reformulada no sentido de aprovar as contas do Fundo Municipal de Educação de Água Azul do Norte, exercício financeiro de 2003 de responsabilidade da Sra. Márcia Luciane de Oliveira, uma vez constatado o cumprimento do limite constitucional previsto no artigo 212 da CF/88, devendo ser expedido o Alvará de Quitação após a comprovação do recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, de multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres*”. **Em votação**: o Conselheiro Sérgio Leão ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheira Mara Lúcia e Conselheiro Antonio José. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a reforma da decisão proferida no Acórdão nº 22.844, no sentido de aprovar as contas do Fundo Municipal de Educação de Água Azul do Norte, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade da Sra. Márcia Luciane de Oliveira, uma vez constatado o cumprimento do limite constitucional previsto no Art. 212 da CF/88, com o recolhimento da multa ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 22: **Processo nº 20110241-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB; Aposentadoria – Portaria nº 020/2011, fls. 132/133, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, que concede aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a servidora Joana das Graças Airosa Pinto; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu contrário ao registro da Portaria nº 0020/2011 (fls. 132/133), do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, que concede Aposentadoria Voluntária por tempo de Contribuição a servidora Joana das Graças Airosa Pinto, ocupante do cargo de Professor Licenciado Pleno – MAG 04 – REF. 21, com proventos integrais no valor de R\$-5.232,38 (cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e trinta e oito centavos), nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, uma vez que se encontra errado o valor dos proventos de aposentadoria, porquanto deixou de incluir as parcelas relativas ao Adicional de cargo em Comissão e Gratificação de Magistério, nos termos do Art. 86 da Lei Municipal nº 7.502/1990 e Art. 39, da Lei Municipal nº 7.528/1991. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201021273-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 0055/12 de 10.01.12; Interessada:**



Arlete Nascimento Alves; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201217357-00; IPAMB/PMB**; Portaria nº 1218/12, de 19/19/12 – Revisão de Proventos; Interessado: Antonio Carlos Siqueira da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1218/2012-GP/IPAMB, de 19/09/12, afetando, consequentemente, o registro anterior. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201217728-00; IPAMB/PMB**; Aposentadoria – Portaria nº 1325/12, de 02/10/2012; Interessado: José Ronaldo dos Reis Barros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1325/2012-GP/IPAMB, de 02/10/12, afetando, consequentemente, o registro anterior. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201214743-00; IPMA Abaetetuba**; Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade; Interessado: Mariano Rodrigues; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 075/2012, de 30/08/2012 (fls 02/04), expedida pelo Presidente do Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba, que aposenta voluntariamente por tempo de contribuição e idade o Sr. Mariano Rodrigues, no cargo de Auxiliar Operacional 1/1, nos termos do Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal/88, com percepção de proventos mensais proporcionais no valor de R\$-622,00 (seiscentos e vinte e dois reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201214939-00; IMPA de Ananindeua**; Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade; Interessada: Sra. Maria do Socorro Peres Canela; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201214941-00; IPASM de Ananindeua**; Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição e Idade; Interessada: Maria



Silvete de Sousa Ribeiro; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201318969-00; Instituto de Previdência do Município de Muaná; Pensão; Interessado: David Brabo Lopes e David Magno Lopes; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201307035-00; Fundação Papa XXIII - FUNPAPA; Contratos Temporários nº's 001 a 056/2013, celebrados com Antonio Miguel Barbosa da Silva e Outros; Responsável: Suely Cristina Bandeira Coutinho - Presidente; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro dos Atos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro dos Atos. **Processo nº 200807362-00; Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL; Recurso de Reconsideração a Decisão contida no Acórdão nº 17.844, de 13/11/2008, que negou registro aos Contratos Temporários nº's 023, 024, 025 e 026/2008, firmados com Ana Cláudia da Silva Balga e Outros; Interessado: Raimundo Pinheiro – Presidente; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves.** Retirado de Pauta. **Processo nº 2010014853-00; Prefeitura Municipal de Pau D'Arco; Nomeação – Portaria nº's 381/2010, 234-A/2010, 145-A/2010, 076-A/2010, 08-B/2010, 112-A/2011, 061-A/2010, 026/2012, 162/2011, 312/2011, 145-B/2010, 038-A/2011 e 009-A/2012, que nomeiam Daniella da Silva Conceição e Outros, aprovados no Concurso Público nº 001/2009, da Prefeitura Municipal de Pau D'Arco; Interessado: Luciano Guedes - Prefeito; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro dos Atos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro das Portarias nº's 381/2010, 234-A/2010, 145-A/2010, 076-A/2010, 080-B/2010, 112-A/2011, 061/2010, 306/2010, 099/2011, 038/2011, 080-C/2010, 061-A/2010, 026/2012, 162/2011, 312/2011, 145-B/2010, 038-A/2011 e 009-A/2012, que nomeiam Daniella da Silva Conceição e Outros, aprovados no Concurso Público nº 001/2009, da Prefeitura Municipal de Pau D'Arco, decorrente do Edital nº 001/2009, publicado em 20.10.2009, para os cargos de Agente Auxiliar de Secretaria Escolar, Agente de Suporte Operacional, Agente Operacional de Serviços Educacionais, Agente Técnico Administrativo, Agente de Vigilância Epidemiológica, Agente de Vigilância Sanitária, Assistente Social, Técnico em Saúde Bucal, Biomédico, Cirurgião Dentista- Odontólogo, Controlador Interno, Enfermeiro Padrão, Médico Clínico



360 Geral, Médico Cirurgião, Técnico em Enfermagem, Técnico em Laboratório, Técnico em Radiologia,
361 Professor Nível I (Normal-Magistério), Professor Nível II – Disciplina: Educação Física, Professor Nível
362 II – Disciplina: Geografia, Professor Nível II – Disciplina: História, Professor Nível II – Disciplina:
363 Inglês, Professor Nível II – Disciplina: Letras Português, Professor Nível II – Disciplina: Matemática,
364 Professor Normal/Pedagogo – Nível II, Professor Nível II – Disciplina: Ciências, uma vez que as
365 nomeações foram efetivadas obedecendo à ordem classificatória e, observados os princípios
366 constitucionais da impessoalidade, da isonomia e da legalidade, tudo nos termos preconizados no
367 Art. 37, II, da Constituição Federal e nos termos do Edital do Concurso Público de nº 01/2009, da
368 Prefeitura Municipal de Pau D'Arco; e pelo registro da Portaria nº 028/2012, que nomeia Raimundo
369 Sousa para o cargo de Professor – Magistério, acompanhando as razões expostas pelo Ministério
370 Público no que tange a tempestividade da nomeação. **Processo nº 201206855-00; Prefeitura**
371 **Municipal de São Geraldo do Araguaia;** Nomeação – Restauração dos Autos de Nomeação de
372 Rosa Maria de Souza Lima e Outros, pertinentes aos Candidatos Aprovados no Concurso Público nº
373 01/2006 da Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia; Responsável: Manoel Soares da Costa
374 (Prefeito a época de 2006) e Jorge Barros de Alencar - Atual; Ministério Público: Procuradora Maria
375 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
376 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro dos Decretos de
377 nomeação de Rosa Maria de Souza Lima e Outros, excetuando as Portarias nº's 014 e 017/2009,
378 que se encontram em desacordo com a Lei, uma vez que não foi respeitada a ordem classificatória
379 da convocação dos candidatos nelas indicados. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
380 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
381 decidiu pelo registro das Portarias de Nomeação de Rosa Maria de Souza Lima e Outros, pertinentes
382 aos candidatos aprovados no Concurso Público nº 01/2006, da Prefeitura Municipal de São Geraldo
383 do Araguaia, uma vez que as nomeações foram efetivadas obedecendo a ordem classificatória e
384 observados os princípios constitucionais da impessoalidade, da isonomia e da legalidade, tudo nos
385 termos preconizados no Art. 37, II, da Constituição Federal e nos termos do Edital do Concurso
386 Público de nº 01/2006; e pela negativa de registro das Portarias nº's 014/2009 e 017/2009 que
387 nomearam Janes Alves Barbosa - 177ª, para exercer o cargo efetivo de auxiliar de serviços gerais e
388 Júlio Pereira dos Santos – 46º, para o cargo efetivo de vigia, respectivamente, por não terem sido
389 obedecidas a ordem classificatória do certame. **Processo nº 201318029-00; Prefeitura**
390 **Municipal de Abaetetuba;** Diária – 2013, Lei nº 355/2013; Interessada: Francinete Maria
391 Rodrigues Carvalho; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar
392 Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
393 autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator
394 Conselheiro proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
395 decidiu pelo cadastramento da Lei nº 355/2013 do Município de Abaetetuba que fixa diárias para
396 para o Chefe dos Poderes Executivo e Legislativo, Secretários Municipais, Vereadores, Assessores,
397 Diretores, Coordenadores e Servidores em geral. **Processo nº 1010022008-00; Câmara**
398 **Municipal de Santa Maria das Barreiras;** Reabertura de Instrução; Interessado: Antonio Clastos
399 Pereira de Brito; Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha;



Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura solicitada. Às onze horas e quatro minutos, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 02: **Processo nº 1030012007-00; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas; Prestação de Contas - 2007; Responsável: João Bosco Rufino Moysés; Instrução: 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São João de Pirabas, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. João Bosco Rufino Moysés. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 11: **Processo nº 200811753-00; Prefeitura Municipal de Benevides; Recurso de Revisão contra a Decisão da Resolução nº 8.966 (Procurador/Advogado Sídnei Rodrigues (OAB-PA 1795-A); Responsável: José Clodomir de Melo Begot; Instrução: 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia**. **Publicado no DOE nº 32.658, de 06.06.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento do Recurso e negativa de provimento. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**: "*acompanhando o entendimento desposado pela Presidência deste TCM-PA, em preliminar, entendo pelo não recebimento do Recurso de Revisão, visto não se enquadrar em nenhuma das hipóteses de admissibilidade previstas na Lei Orgânica e Regimento Interno deste TCM-PA, que submeto a decisão deste Colegiado*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares pediu VISTA dos autos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201203418-00; Prefeitura Municipal de Dom Eliseu; Recurso de Revisão contra a Decisão da Resolução nº 9.660, de 10.12.09; Responsável: Jefferson Deprá; Instrução: 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial ao Recurso de Revisão, alterando-se parcialmente a decisão anterior prolatada, nos termos da Resolução nº 9.660/2009, afastando a irregularidade sanada por meio do presente Recurso e reduzindo o valor lançado à conta "Agente Ordenador", para emitir parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Dom Eliseu a não aprovação das contas prestadas por Jefferson Deprá, exercício financeiro de 2004, da Prefeitura Municipal, mantendo-se a obrigação de recolhimento do valor lançado à conta "Agente Ordenador", no importe de R\$ 17.200,99 (dezessete mil, duzentos reais e noventa e nove centavos), devidamente atualizados, e das multas indicadas na decisão recorrida. Em seguida, houve a inversão de pauta com o



440 julgamento do processo de nº 17: **Processo nº 1360062005-00; Fundo Municipal de**
441 **Assistência de Floresta do Araguaia;** Recurso 2005; Responsável: Leonorcita Alencar dos
442 Santos; Instrução: 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da
443 Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
444 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do
445 Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A
446 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e
447 provimento parcial do Recurso de Revisão, mantendo-se a decisão anterior prolatada nos termos do
448 Acórdão nº 18.675, de 19.06.12, para considerar irregulares as contas prestadas por Leonorcita
449 Alencar dos Santos, referente ao exercício financeiro de 2005, do Fundo Municipal de Assistência
450 Social, dando-se baixa nas irregularidades documentalmente sanadas, mantendo-se, contudo, a
451 obrigatoriedade de recolhimento do débito lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente
452 atualizado. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 21:
453 **Processo nº 200710194-00; Clube dos Deficientes Físicos Pará – All Star Rodas;** Prestação
454 de Contas de Convênio firmado entre o Município de Belém por Intermédio da SEMEC; Responsável:
455 Wilson Flávio da Silva Corrêa; Instrução: 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral -
456 Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o
457 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das
458 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A
459 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas
460 relativamente ao emprego da importância de R\$-5.100,00 (cinco mil e cem reais), recebidos da
461 Prefeitura Municipal de Belém, através do Termo de Cooperação firmado entre o Clube dos
462 Deficientes Físicos do Pará - ALL STAR RODAS e a SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação.
463 **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** o Conselheiro Antonio José pediu a palavra para submeter ao
464 conhecimento do Plenário as seguintes Denúncias: **Processo nº 201405601-00; Câmara**
465 **Municipal de Ulianópolis;** Denúncia; Denunciante: Evandro Nestor Farias Corrêa; Denunciado:
466 Martha Resende Soares - Presidente; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo
467 regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão, para conhecimento, nos
468 termos do § 2º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência
469 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do Conselheiro
470 Relator pela admissibilidade da Denúncia. **Processo nº 201408132-00; Santarém - Novo;**
471 **Representação;** Representantes: Gladistone Cabral de Oliveira e Laércio Costa de Melo - Vereador;
472 **Representado:** Sei Ohaze - Prefeito; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo
473 regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão, para conhecimento, nos
474 termos do § 2º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência
475 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do Conselheiro
476 Relator pela admissibilidade da Representação, nos termos do § 2º do Art. 297 do RI/TCM.
477 **Processo nº 201411696-00; Prefeitura Municipal de Chaves;** Denúncia; Denunciante: Bruno
478 Fabrício Valente – Advogado – OAB-PA nº 10085; Denunciado: Solange Cascaes de Brito Lobato -
479 Prefeita; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator



480 apresentou ao Plenário sua decisão, para conhecimento, nos termos do § 2º do Art. 292 do RI/TCM.
481 A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
482 **unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do Conselheiro Relator pela admissibilidade da
483 Denúncia. Em seguida, o Conselheiro Sérgio Leão pediu a palavra para submeter ao conhecimento
484 do Plenário a seguinte Denúncia: **Processo nº 201411696-00**; Denúncia: Procedência: Comissão
485 de Justiça e Paz da CNBB-N2; Denunciado: Solange Cascaes de Brito Lobato – Prefeita de Chaves;
486 Denunciante: Bruno Fabrício Valente – Advogado – OAB-Pa 10085; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.
487 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão, para
488 conhecimento, nos termos do § 2º do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A
489 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu homologar a Decisão do
490 Conselheiro Relator pela admissibilidade da Denúncia. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.**
491 **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a
492 presente Sessão, às doze horas e vinte e sete minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
493 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezenove de agosto de
494 dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheira Vice - Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão